AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 2129434 - SP (2024/0083475-3)

RELATOR	:	**MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE	:	MACARRONADA ITALIANA LTDA
ADVOGADO	:	PAULO FRANCISCO TEIXEIRA BERTAZINE - SP249588
AGRAVADO	:	CLICIANE MAIRA DOS SANTOS GRIPPI
ADVOGADO	:	LEANDRO FERNANDES GHESI - SP440443
AGRAVADO	:	LUIZ CARLOS GRIPPI
ADVOGADO	:	LUIZ CARLOS GRIPPI (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP262552
INTERES.	:	GUSTAVO PAES LEME PAIOLI - RESTAURANTE
INTERES.	:	GUSTAVO PAES LEME PAIOLI

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA. ALIENAÇÃO ANTERIOR. FRAUDE À EXECUÇÃO. REQUISITOS. MÁ-FÉ. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. CAUSALIDADE. HONORÁRIOS. INOVAÇÃO RECURSAL. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O reconhecimento da fraude à execução tem como requisitos o registro da penhora do bem alienado ou a prova da má-fé do terceiro adquirente (Súmula n.º 375 do STJ).

2. A aplicação do princípio da causalidade consiste em inovação recursal, que dela não se pode conhecer, ante a preclusão consumativa.

3. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas,

Documento eletrônico VDA42993596 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO Assinado em: 21/08/2024 11:14:23
Código de Controle do Documento: cbe87446-c77d-41ab-a6ff-e04716eb3b33

acordam os Ministros da TERCEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, em sessão virtual de 13/08/2024 a 19/08/2024, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Humberto Martins, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Humberto Martins.

Brasília, 19 de agosto de 2024.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator

Documento eletrônico VDA42993596 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO Assinado em: 21/08/2024 11:14:23
Código de Controle do Documento: cbe87446-c77d-41ab-a6ff-e04716eb3b33

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 2129434 - SP (2024/0083475-3)

RELATOR	:	**MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE	:	MACARRONADA ITALIANA LTDA
ADVOGADO	:	PAULO FRANCISCO TEIXEIRA BERTAZINE - SP249588
AGRAVADO	:	CLICIANE MAIRA DOS SANTOS GRIPPI
ADVOGADO	:	LEANDRO FERNANDES GHESI - SP440443
AGRAVADO	:	LUIZ CARLOS GRIPPI
ADVOGADO	:	LUIZ CARLOS GRIPPI (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP262552
INTERES.	:	GUSTAVO PAES LEME PAIOLI - RESTAURANTE
INTERES.	:	GUSTAVO PAES LEME PAIOLI

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA. ALIENAÇÃO ANTERIOR. FRAUDE À EXECUÇÃO. REQUISITOS. MÁ-FÉ. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. CAUSALIDADE. HONORÁRIOS. INOVAÇÃO RECURSAL. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O reconhecimento da fraude à execução tem como requisitos o registro da penhora do bem alienado ou a prova da má-fé do terceiro adquirente (Súmula n.º 375 do STJ).

2. A aplicação do princípio da causalidade consiste em inovação recursal, que dela não se pode conhecer, ante a preclusão consumativa.

3. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

4. Agravo interno não provido.

RELATÓRIO

Documento eletrônico VDA42684275 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO Assinado em: 09/08/2024 13:52:02
Código de Controle do Documento: 72da3c5c-3331-423c-95e7-541827b86360

Trata-se de agravo interno interposto por MACARRONADA ITALIANA LTDA. contra decisão de minha relatoria assim ementada:

> *PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA. ALIENAÇÃO ANTERIOR. FRAUDE À EXECUÇÃO. REQUISITOS. MÁ-FÉ. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO* (e-STJ, fl. 804).

Nas razões do presente inconformismo, defendeu que **(1)** não poderia ter averbado a penhora antes, tendo em vista que o imóvel não estava registrado em nome do executado; **(2)** a falta de registro da compra do imóvel evidencia a má-fé dos agravados; e **(3)** os honorários advocatícios devem ser imputados a quem deu causa à constrição indevida (e-STJ, fls. 815/835).

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 838/854 e 855/866).

É o relatório.

VOTO

O inconformismo agora manejado não merece provimento por não ter trazido nenhum elemento apto a infirmar as suas conclusões.

(1) (2) Da fraude à execução

Quanto à fraude à execução, a decisão unipessoal consignou que o acórdão recorrido estava em desacordo com o entendimento do STJ.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte foi sumulada no sentido de que o reconhecimento da fraude à execução tem como requisitos o registro da penhora do bem alienado ou a prova da má-fé do terceiro adquirente (Súmula n.º 375 do STJ).

A propósito:

> *DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO PRECEDENTE, COM PENHORA REGISTRADA. POSTERIOR ALIENAÇÃO DO BEM, TAMBÉM REGISTRADA. EXECUÇÃO DIVERSA, COM POSTERIOR PENHORA, PRACEAMENTO E ARREMATAÇÃO NÃO REGISTRADOS. SÚMULA 375/STJ. PROVA DA MÁ-FÉ DO TERCEIRO ADQUIRENTE. NECESSIDADE. ÔNUS DO CREDOR EXEQUENTE. INEFICÁCIA DOS ATOS EXPROPRIATÓRIOS NÃO LEVADOS A REGISTRO. AGRAVO*

Documento eletrônico VDA42684275 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO Assinado em: 09/08/2024 13:52:02
Código de Controle do Documento: 72da3c5c-3331-423c-95e7-541827b86360

INTERNO PROVIDO.
1. De acordo com a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, cristalizada na Súmula 375, "O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente". E mais, nos termos da tese firmada pela Corte Especial do STJ, em sede de julgamento de recurso especial repetitivo, "inexistindo registro da penhora na matrícula do imóvel, é do credor o ônus da prova de que o terceiro adquirente tinha conhecimento de demanda capaz de levar o alienante à insolvência" *(REsp 956.943/PR, Rel. p/ acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/08/2014, DJe de 1º/12/2014).*
2. Trata-se de compreensão lógica, aprimorada pelos textos normativos que a consagram, de que não há razoabilidade em exigir-se de terceiro interessado na aquisição de um bem imóvel o enorme sacrifício de, antes da compra, percorrer o País buscando obter, nos inúmeros foros cíveis, trabalhistas e federais, certidões negativas acerca de eventual existência de ação que possa reduzir à insolvência o proprietário daquele imóvel a ser adquirido. Muito mais sensato e fácil é se exigir que o próprio credor eventualmente interessado na penhora ou adjudicação de imóvel pertencente a seu devedor promova, na respectiva matrícula imobiliária, o acautelador registro de sua pretensão ou constrição sobre o bem, de modo a dar amplo conhecimento a terceiros.
3. Por isso, esta Corte Superior, mesmo no sistema legal anterior à Lei 8.953/94, já entendia depender a caracterização de fraude à execução, quando o credor não efetuara a singela cautela do registro imobiliário da penhora ou de outra pretensão reipersecutória, da prova de que o terceiro adquirente tinha plena ciência da situação de insolvência do alienante, não sendo cabível presunção de má-fé do adquirente a título oneroso. Precedentes.
4. Na hipótese, é incontroversa a inexistência de averbação acerca da execução promovida pelo Consórcio agravado, de registro imobiliário da penhora ou ainda da posterior arrematação, cuja carta somente foi levada a registro mais de 4 (quatro) anos após a aquisição do imóvel pelos agravantes que, por sua vez, promoveram, nos estritos termos da lei, o registro da operação de compra e venda, não sendo possível, portanto, presumir sua má-fé.
5. Agravo interno a que se dá provimento para julgar procedentes os embargos de terceiro, a fim de tornar sem efeitos os atos expropriatórios sobre o bem referenciado, realizados na execução movida pelo Consórcio agravado e, consequentemente, a arrematação do bem pelo ora agravado.
(AgInt no REsp n. 1.577.144/SP, relator Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, j. em 2/10/2023, DJe de 5/10/2023)

PROCESSO CIVIL. RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC. FRAUDE DE EXECUÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. SÚMULA N. 375/STJ. CITAÇÃO VÁLIDA. NECESSIDADE. CIÊNCIA DE DEMANDA CAPAZ DE LEVAR O ALIENANTE À INSOLVÊNCIA. PROVA. ÔNUS DO CREDOR. REGISTRO DA PENHORA. ART. 659, § 4º, DO CPC. PRESUNÇÃO DE FRAUDE. ART. 615-A, § 3º, DO CPC.
1. Para fins do art. 543-c do CPC, firma-se a seguinte orientação:
1.1. É indispensável citação válida para configuração da fraude de execução, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 615-A do CPC.
1.2. O reconhecimento da fraude de execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente (Súmula n. 375/STJ).
1.3. A presunção de boa-fé é princípio geral de direito universalmente aceito, sendo milenar a parêmia: a boa-fé se presume; a má-fé se

Documento eletrônico VDA42684275 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO Assinado em: 09/08/2024 13:52:02
Código de Controle do Documento: 72da3c5c-3331-423c-95e7-541827b86360

prova.
1.4. Inexistindo registro da penhora na matrícula do imóvel, é do credor o ônus da prova de que o terceiro adquirente tinha conhecimento de demanda capaz de levar o alienante à insolvência, sob pena de tornar-se letra morta o disposto no art. 659, § 4º, do CPC.
1.5. Conforme previsto no § 3º do art. 615-A do CPC, presume-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens realizada após a averbação referida no dispositivo.
2. Para a solução do caso concreto: 2.1. Aplicação da tese firmada.
2.2. Recurso especial provido para se anular o acórdão recorrido e a sentença e, consequentemente, determinar o prosseguimento do processo para a realização da instrução processual na forma requerida pelos recorrentes.
(REsp n. 956.943/PR, relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, relator para acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Corte Especial, j. em 20/8/2014, DJe de 1/12/2014)

Vale salientar que as alegações de que o imóvel estava em nome da avó do devedor ou de que a compra e venda não fora registrada não permitem o reconhecimento da fraude à execução, na medida em que a boa-fé do adquirente é presumida, competindo ao devedor a comprovação em sentido contrário.

Portanto, a falta do registro da penhora ou da prova de má-fé do terceiro adquirente inviabilizam o reconhecimento da suposta fraude.

(3) Dos honorários sucumbenciais

No que se refere aos honorários sucumbenciais, MACARRONADA ITALIANA deixou de alegar a necessidade de aplicação do princípio da causalidade nas contrarrazões ao recurso especial, não infirmando, portanto, a pretensão formulada por CLICIANE MARIA DOS SANTOS GRIPPI no recurso especial no sentido de que a verba honorária fosse invertida.

Portanto, a pretensão de MACARRONADA ITALIANA encontra-se preclusa, consistindo em inovação recursal.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSO CIVIL (CPC/2015). EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 489 DO CPC. INOVAÇÃO RECURSAL. JULGAMENTO EXTRA PETITA. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. NULIDADE DA EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE TÍTULO. REVISÃO. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. Na linha dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça, os argumentos apresentados em momento posterior à interposição do recurso ou das respectivas contrarrazões não são passíveis de conhecimento por importar em inovação recursal, a qual é considerada indevida em virtude da preclusão consumativa.

Documento eletrônico VDA42684275 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO Assinado em: 09/08/2024 13:52:02
Código de Controle do Documento: 72da3c5c-3331-423c-95e7-541827b86360

2. No que se refere ao julgamento extra petita, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que a compreensão da pretensão deduzida em juízo requer a interpretação lógico-sistemática das razões apresentadas (REsp 1.307.131/DF, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 09/04/2013, DJe 15/04/2013; AgRg no AREsp 281.254/SE, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, DJe 26/03/2013).
3. Para elidir a conclusão do julgado no sentido de acolher o alegado julgamento extra petita e a nulidade do título, seria necessário o cotejo entre peças processuais e documentos dos autos, o que encontra óbice na Súmula n. 7/STJ.
4. O mero não conhecimento ou a improcedência de recurso interno não enseja a automática condenação à multa dos arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do CPC, devendo ser analisado caso a caso.
5. Agravo interno desprovido.
(AgInt no AREsp n. 2.482.259/RS, relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZe, Terceira Turma, j. em 15/4/2024, DJe de 17/4/2024)

Dessarte, mantém-se a decisão proferida, por não haver motivos para sua alteração.

Nessas condições, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo interno.

É o voto.

Documento eletrônico VDA42684275 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO Assinado em: 09/08/2024 13:52:02
Código de Controle do Documento: 72da3c5c-3331-423c-95e7-541827b86360

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TERMO DE JULGAMENTO
TERCEIRA TURMA

AgInt no REsp 2.129.434 / SP
PROCESSO ELETRÔNICO

Número Registro: 2024/0083475-3

Número de Origem:
10145650320208260114 101456503202082601144027193172013826011 4 40271931720138260114
402719317201382601140 1

Sessão Virtual de 13/08/2024 a 19/08/2024

Relator do AgInt

Exmo. Sr. Ministro MOURA RIBEIRO

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro HUMBERTO MARTINS

Secretário

Bela. MARIA AUXILIADORA RAMALHO DA ROCHA

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : CLICIANE MAIRA DOS SANTOS GRIPPI
ADVOGADO : LEANDRO FERNANDES GHESI - SP440443
RECORRENTE : LUIZ CARLOS GRIPPI
ADVOGADO : LUIZ CARLOS GRIPPI (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP262552
RECORRIDO : MACARRONADA ITALIANA LTDA
ADVOGADO : PAULO FRANCISCO TEIXEIRA BERTAZINE - SP249588
INTERES. : GUSTAVO PAES LEME PAIOLI - RESTAURANTE
INTERES. : GUSTAVO PAES LEME PAIOLI

ASSUNTO : DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES - ESPÉCIES DE CONTRATOS - FRANQUIA

AGRAVO INTERNO

AGRAVANTE : MACARRONADA ITALIANA LTDA
ADVOGADO : PAULO FRANCISCO TEIXEIRA BERTAZINE - SP249588
AGRAVADO : CLICIANE MAIRA DOS SANTOS GRIPPI
ADVOGADO : LEANDRO FERNANDES GHESI - SP440443
AGRAVADO : LUIZ CARLOS GRIPPI
ADVOGADO : LUIZ CARLOS GRIPPI (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP262552

Documento eletrônico VDA42925199 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS, Assinado em: 20/08/2024 00:41:42
Código de Controle do Documento: 25ea3e5b-3977-468f-9972-2ee962b6955e

INTERES. : GUSTAVO PAES LEME PAIOLI - RESTAURANTE
INTERES. : GUSTAVO PAES LEME PAIOLI

SUSTENTAÇÃO ORAL

Dr(a). LEANDRO FERNANDES GHESI, pela parte: AGRAVADO: CLICIANE MAIRA DOS SANTOS GRIPPI.

TERMO

A TERCEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, em sessão virtual de 13/08/2024 a 19/08/2024, por unanimidade, decidiu negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Humberto Martins, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Humberto Martins.

Brasília, 19 de agosto de 2024

Documento eletrônico VDA42925199 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS, Assinado em: 20/08/2024 00:41:42
Código de Controle do Documento: 25ea3e5b-3977-468f-9972-2ee962b6955e